

Elementos de economia do projeto

Key elements of project economy

marcio henrique monteiro de castro*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.009>



Ignácio de Mourão Rangel (1914-1994), advogado, economista e escritor brasileiro

RESUMO

A ideia deste artigo, escrito por ocasião do centenário de nascimento de Ignácio Rangel, em 2014, é a de lançar luzes sobre a origem do conceito de *projetamento* e discutir a atualidade de uma obra que já ultrapassa meio século. Destacamos neste resumo que o objetivo do artigo já fora alcançado com a frutificação da categoria de projetamento, que recuperou vivacidade e dinamismo no estudo dos problemas de nosso tempo. A leitura do texto enseja a ideia de que o objeto da economia de projetamento tinha saído de nosso horizonte histórico. Como afirma um trecho, “essa economia do projetamento está historicamente superada ou, pelo menos, em agudo retrocesso”. Os trabalhos atuais desmentiram nossa hipótese. Pesquisadores como Elias Jabbour e colaboradores enfrentaram a tarefa de pensar a experiência chinesa testando, com êxito, a ideia de economia de projetamento, e provando sua atualidade. Cabe ainda registrar que a crise econômica e ambiental moveu o mundo capitalista, principalmente seu núcleo americano, no sentido de desenvolver planos e programas no velho corte keynesiano. Sinal de que o planejamento econômico, em suas diversas formas, segue na ordem do dia. A visão de Rangel, que procuramos sintetizar neste artigo, continua valendo: a história sem fim desenvolve a quatro mãos a economia do projetamento.

Palavras-chave: Ignácio Rangel. Projetamento. Teoria econômica. Desenvolvimento. Socialismo.

ABSTRACT

The article, written in 2014 to mark the centenary of Brazilian thinker Ignácio Rangel, explores the origins of the concept of *projectment* and discusses the enduring relevance of a work that is now more than half a century old. This summary emphasizes that the article’s goal has already been fulfilled, as the concept of *projectment* has regained its vibrancy and dynamism as a theoretical tool for addressing contemporary issues. At first glance, the text suggests that the projectment economy has vanished from our historical horizon. As it states: “The projectment economy is historically outdated or, at least, in sharp decline.” However, recent studies have clearly disproven this hypothesis. Notably, researchers such as Elias Jabbour and his collaborators have undertaken the task of analyzing the Chinese experience through the lens of the projectment economy, thereby demonstrating its continued relevance. It is also worth noting that the ongoing economic and environmental crises have prompted the capitalist world — particularly its American core — to adopt plans and programs aligned with traditional Keynesian principles. This indicates that economic planning, in its various forms, remains highly relevant today. It seems that Rangel’s vision, summarized in this article, still holds: the ongoing development of the projectment economy continues, shaped by both historical forces and human agency.

Keywords: Ignácio Rangel. Projectment economy. Economic theory. Development. Socialism.

1. ADVERTÊNCIA

Escrevo este artigo como um convite aos estudiosos de economia para participar de tarefa de destrinchar esse livro do professor Rangel (2005d). Livro esquisito, lido a partir dos dias atuais! É teoria, mas é muito diferente das questões teóricas com as quais nos defrontamos. Em determinados momentos somos induzidos a fazer analogias com as teorias citadas, mas, para o leitor formado em economia, é visível um uso original por parte de Rangel da herança teórica que maneja. Maior esclarecimento sobre a obra dependeria de um estudo sobre os interlocutores intelectuais que estão presentes no texto. Não dispondo de tempo para tanto, deixamos a ideia com a esperança de que, se realizada, ilumine problemas que não conseguimos esclarecer neste trabalho.

Não devemos nos iludir com a falsa simplicidade de *Elementos de economia do projeto*. A forma, quase singela, se deve a sua função imediata — ser material didático para um curso na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1958.

A leitura de seu conteúdo revela o objetivo do autor: construir, a partir do acervo da Ciência Econômica, com todas as suas escolas e distintas abordagens, uma teoria econômica da economia do projeto, entendida esta como a economia que o processo histórico estava desenhando no século XX, a partir do capital financeiro, do keynesianismo e da planificação soviética.

A ambição intelectual do livro encontra paralelo indiscutível em seu *Dualidade básica da economia brasileira* e indica o inconformismo de Rangel com as teorias e interpretações existentes no trato das questões de sua contemporaneidade.

Mas o livro não provocou nenhuma reação por parte de seus possíveis interlocutores, sendo ignorado até por aqueles que acompanharam mais de perto a obra rangeliana¹. Se isso se deveu a uma imediata rejeição ao projeto teórico do livro ou a uma superficial avaliação de que se tratava de mero material didático, não sabemos, mas devemos concordar que não existe urgência em responder a essa questão.

Ao contrário, avaliar se a tentativa de síntese teórica de Rangel tem algum sentido e se a busca de uma nova teoria para uma pretensa nova etapa dos modos de produção é um programa de pesquisa válido são questões que merecem atenção dos profissionais de economia.

O artigo que se segue objetiva, quando muito, incentivar a leitura e a avaliação de um texto que foi mantido hibernado pela ausência de debate. Não pretende fazer um estudo exaustivo do livro. Destaca dos seis capítulos que o compõem, afora a introdução, algumas passagens e aspectos, que incentivarão uma aprofundada investigação do legado rangeliano.

Peço desculpas ao leitor pelo excesso de citações e reproduções do texto original, mas, dado o caráter polêmico, ou original, dos enunciados, preferi esconder-me nas palavras do autor. Também abusei da utilização de colchetes e parênteses não só para abreviar com minhas palavras as inúmeras citações, como é usual, mas como um recurso para explicitar ideias mais íntimas, buscando num cochicho com o leitor alguma cumplicidade.

¹ Devemos registrar como exceção a conferência proferida pelo professor Milton Santos no “Seminário Ignácio Rangel e a Conjuntura Econômica”, em 10 de novembro de 1997, no anfiteatro da Geografia-USP.

2. DUAS CARACTERÍSTICAS DA ABORDAGEM RANGELIANA

A originalidade da análise exposta na obra de Rangel — marca reconhecida pelos comentadores do autor — é resultado de ecletismo teórico desinibido e de uma profunda concepção historicista. Esta última, derivada de sua visão marxista de mundo².

Para ele, a especificidade da sociedade brasileira, ou de qualquer sociedade, impunha uma apropriação particular das teorias que, por serem históricas, “definem o comportamento da realidade em *certas circunstâncias* e valem apenas enquanto estas perduram [...]. A ciência econômica [...] varia com o *modo* de produção e este muda ininterruptamente” (Rangel, 2005b, p. 287-288, grifos do autor). Devemos, portanto,

admitir que o homem varie em seu ser e em sua consciência segundo a realidade social e telúrica em que surge e cresce. [...] Devemos ainda] admitir a modificação dessa realidade no espaço e, reconhecida a mutabilidade da natureza humana no espaço, não há como negá-la no tempo (Rangel, 2005b, p. 288).

Continuando na abordagem historicista, Rangel (2005b, p. 289) relata: “[E]m meus estudos sobre a economia brasileira, parto da historicidade das leis em ciência”. Averso à incorporação acrítica dos modelos importados — marxistas ou não —, sinaliza:

[O] que importa é conhecer como a sociedade concreta se comporta em sua vida econômica [...] A] economia política “clássica” é certamente o ponto de partida de todo e qualquer estudo. Mas é preciso compreender que não é a única ciência e que suas verdades nem são universais nem eternas. (Rangel, 2005b, p. 289)³.

Apesar do ecletismo teórico e do relativismo historicista, a obra tem unidade lógico-teórica, muitas vezes desconsiderada por seus interlocutores. O papel da teoria da dualidade básica como “princípio organizador básico de seu pensamento”, ressaltado por Bielschowsky (1988, p. 249), até então tinha sido pouco valorizado por seus interlocutores, o que provocou manifestações de Rangel para esclarecer sua importância⁴.

Um dos aspectos de sua obra que merece maior atenção é seu ecletismo teórico⁵. E,

2 “A obra de Rangel corresponde a um original ensaio de adaptação do materialismo histórico e da teoria econômica à análise do caso brasileiro.” (Bielschowsky, 1988, p. 248) “O método utilizado por Rangel para analisar a economia brasileira sempre foi essencialmente histórico. Sua origem marxista é evidente. Mas Rangel usa Marx com absoluta liberdade.” (Bresser-Pereira; Rego, 1998, p. 18) “Rangel era o menos conhecido [...] apesar de ser o mais criativo e original dos economistas brasileiros.” (Mamigonian, 1998, p. 129)

3 Reforço o argumento com outras citações: “A economia é uma ciência histórica por excelência [...]. Quer isso dizer que está submetida a um duplo processo evolutivo: o fenomenal e o nomenal. [...] O conceito vulgar admite explicitamente apenas a evolução fenomenal da economia.” (Rangel, 2005a, p. 204) Para Rangel, “tudo flui — no campo da coisa representada como no campo da representação da coisa”. Com a Revolução Russa, “o planejamento econômico tornou-se possível e tivemos as teorias que correspondem à nova problemática.” (Rangel, 2005b, p. 206)

4 “A ideia central da dualidade [é] fecunda para explicar a evolução econômica, social e política do Brasil [...] embora surgissem [aqueles] que julgavam poder concordar comigo em numerosas coisas [...] sem aceitar a ideia central da dualidade. [...] Trata-se, evidentemente, de um equívoco, visto como toda a minha contribuição ao esclarecimento da problemática brasileira pode ser definida como aplicação do marxismo ao entendimento da economia e da sociedade brasileiras, [...] sem me privar] de utilizar outras contribuições, com especial atenção para as teorias econômicas ‘ocidentais’, destacando-se, aí, Marshall e Keynes [...]. E a teoria da dualidade foi, precisamente, a chave para isso.” (Rangel, 2005c, p. 634)

5 Ecletismo ressaltado por Bresser-Pereira e Rego (1998) e por Santos (1997). Cf. também a nota de rodapé anterior.



A experiência chinesa tem provado a atualidade da ideia de economia do projetamento. Na foto, passageiros de trens de alta velocidade desembarcam na Estação Leste de Yichang durante o feriado do Dia Nacional na cidade de Yichang, província central de Hubei, na China, em 7 de outubro de 2016

aqui, nosso autor é réu confesso. Podemos transcrever inúmeras e provocativas passagens em que sua visão sobre as diferentes abordagens teóricas aparece sem nenhum disfarce. Vamos a algumas delas.

O ponto de partida é a já apresentada historicidade da economia, enquanto processo real e expressão teórica desse processo. No nosso caso histórico, o caso brasileiro, para sermos exatos, a historicidade da teoria é ainda mais relativizada, na medida em que a formação social é *dúplice*, ou seja, uma dualidade. Passemos a palavra ao autor:

Que dizer de uma economia que seja ao mesmo tempo *moderna e antiga*? De uma economia onde subsistam virtualmente, lado a lado e agindo umas sobre as outras, todas as formas que a história clássica registra? Aí, evidentemente, todas as leis da economia, as bem pesquisadas, como as do capitalismo, e as imperfeitamente estudadas, podem ter validade objetiva (Rangel, 2005b, p. 291, grifos do autor).

Quer isso dizer que somos, ao mesmo tempo, antigos e modernos, que nosso nômene é *dúplice* e que, portanto, nosso fenômeno também deve sê-lo [...]. Isso significa que devemos estar preparados para usar alternadamente o instrumental keynesiano, o neoclássico, o clássico e até o fisiocrático, segundo as circunstâncias (Rangel, 2005a, p. 207, grifo do autor).

Ainda no mesmo livro encontramos uma argumentação didática que apresenta justificativa para o ecletismo e o historicismo, na qual está contemplada a evolução do nômene, ou seja, a história, e do fenômeno, a teoria:

A história do desenvolvimento capitalista apresenta duas etapas muito bem definidas. Uma em que o sistema tende espontaneamente a, por meio de flutuações cíclicas, produzir mais procura efetiva do que oferta. [...] Outra em que a tendência espontânea do

sistema é para a estagnação por falta de procura efetiva suficiente. [...] Os economistas “clássicos” estudaram precipuamente os problemas de uma economia cujo produto se limita pelo lado da oferta. Os “modernos” (keynesianos e neoclássicos [...]) voltam-se especialmente para os problemas da procura [...] Se ampliarmos um pouco a perspectiva histórica, para abarcar tanto o período anterior ao capitalismo — uma produção baseada no artesanato, na “pequena produção” não capitalista de mercadorias — quanto o que o sucede — o socialismo —, encontraremos duas situações que, díspares de todos os pontos de vista, têm isto de comum: que, como na situação descrita pela lei de Say, a oferta e a procura tendem a tornar-se *efetivas no mesmo momento* e são *iguais*. (Rangel, 2005b, p. 237, grifos do autor)

Com desenvoltura pragmática em relação à ciência econômica, Rangel reafirma o historicismo e ecletismo numa passagem exemplar de *Dualidade básica da economia brasileira*: “[A] fora a técnica de tratamento dos fenômenos econômicos — que é algo que progride sempre e constitui um fundo comum —, tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada” (Rangel, 2005b, p. 293). Podemos, para sublinhar o processo de evolução da teoria, retomar a já citada passagem que sinaliza uma nova problemática teórica com o planejamento soviético⁶.

É com esse espírito que Rangel se afastará do estudo da realidade brasileira e partirá para uma de suas mais ambiciosas obras: *Elementos de economia do projetamento*. É pela história, portanto, que ele chega à teoria. Vale sublinhar que o objetivo dessa obra era construir uma teoria econômica para um novo modo de produção que estava tomando corpo com as transformações do capitalismo do século XX e, principalmente, com a economia planificada soviética.

3. AS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DO PROJETAMENTO

Rangel começa o livro por um capítulo falsamente trivial. Quem já está acostumado com as tretas do autor fica de sobreaviso. Fala mansamente que as *categorias fundamentais do projetamento* são o *custo* e o *benefício*. E que “projetar consiste, em última análise, em ordenar o emprego de certa quantidade de recursos, com vistas a obter outra quantidade de recursos. [...] Toda a teoria do projetamento [...] é um esforço para precisar estes dois termos” (Rangel, 2005d, p. 366).

Seria imprópria uma analogia com os clássicos, e mais precisamente com Marx? Duas concepções vêm logo à cabeça: o modelo ricardiano do trigo e seu desenvolvimento sraffiano e o capítulo sobre a mercadoria de Marx. Assim como a célula da sociedade capitalista (mercantil) é a mercadoria, o específico de uma economia do projetamento é o projeto produtor de utilidade, que se exprime no quociente custo/benefício expresso em riqueza, entendida esta última como a “qualidade que têm certas coisas de serem *úteis* à sociedade humana” (Rangel, 2005d, p. 367, grifo do autor), ou seja, como um conjunto de utilidades.

Uma questão analítica similar à questão do valor aparece quase imediatamente. Como homogeneizar recursos para podermos construir uma razão benefício/custo? “A missão do projetamento econômico consiste em encontrar a denominação comum.” (Rangel, 2005d, p. 366)

⁶ Cf. nota de rodapé nº 3.

Um parêntese. O leitor que leu com atenção a introdução do livro está informado de que o projetamento é uma prática que se desenvolve em paralelo com uma teoria que evolui no tempo e se alimenta com os problemas enfrentados e soluções dadas por aproximações sucessivas e sistematizando, quando possível, experiências dos analistas que, naturalmente, são de diferentes escolas teóricas e de diferentes profissões.

Mas vamos em frente, de onde paramos: a busca de uma denominação comum para a razão custo/benefício. Antecede essa busca uma citação esclarecedora do pensamento do autor sobre o caráter provisório e relativo do conhecimento teórico:

Dezenas de teorias foram e serão construídas com essa finalidade e conduzem a aproximações mais ou menos aceitáveis, segundo as condições de sua aplicação. Preliminarmente, cabe advertir que todas essas teorias, e os critérios de prioridade que nelas assentam, por um lado não podem conduzir senão a aproximação e, por outro, sua validade é objetivamente limitada por circunstâncias específicas. Todas estão subordinadas à cláusula *coeteris paribus*, a qual pode esconder circunstâncias acessórias ou essenciais, definindo validade ou invalidade relativas do critério (Rangel, 2005d, p. 366-367).

O que têm de comum o custo e o benefício “é a qualidade que esses objetos ou forças [... têm] de construir riqueza”, e, como mencionamos acima, riqueza é a qualidade pela qual certas coisas são úteis ao ser humano. Continua o texto:

[P]odemos agora definir benefício e custo como a soma de *utilidade* contida respectivamente nos produtos e nos fatores. O objetivo da unidade produtiva ou do projeto é produzir, e produzir é, muito estritamente, conferir o atributo de utilidade a coisas que não o tinham, ou acrescentar utilidade a coisas que já a tinham (Rangel, 2005d, p. 367, grifo do autor).

Devemos concordar que, em termos de heterodoxia e ecletismo, Rangel apresenta-se sem disfarces. Faz reengenharia de questões da economia clássica com soluções próximas do neoclassicismo. Veremos no segundo capítulo a combinação Marx-Marshall determinando o valor da força de trabalho pela utilidade marginal.

E, para não deixar dúvidas com relação à naturalidade de suas composições teóricas, explica: “É mister advertir que não cogitamos aqui da antiga polêmica em torno do valor. Os fatores e produtos devem, a rigor, ser medidos enquanto *recursos*, *riqueza*, portadores de utilidade.” (Rangel, 2005d, p. 368, grifos do autor) Nas duas prestigiosas escolas, a riqueza, uma quantidade de utilidade, “pode ser diferente da soma dos valores de bens e serviços” (Rangel, 2005d, p. 368).

Talvez seja oportuno abrir outro parêntese para esclarecermos um aspecto central. A economia do projetamento é um modo de produção que está em desenvolvimento no Ocidente e no Oriente, para usar palavras do autor. Seu objetivo é produzir valor de uso (como é universal na atividade econômica, qualquer que seja o modo de produção) regulado pela vontade consciente e racional, através de um cálculo econômico. A categoria utilidade, apesar de seus problemas de medida, é a nova base para o cálculo econômico. Plano e projeto, através de seleção de técnicas e alocação de recursos, são seus instrumentos fundamentais. Isso difere do capitalismo, no qual a produção de valores de uso é regulada pelo mercado através do valor, seja ele explicado pelo trabalho, para os clássicos, ou pela utilidade marginal, para os neoclássicos.

Tendo se afastado da categoria valor e chegado à utilidade como a homogeneizadora dos recursos, Rangel tem como próximo passo chegar à utilidade abstrata, “que se exprime no fato de que todos os objetos úteis atendem a uma necessidade humana e social” (Rangel, 2005d, p. 368). Por que construir a categoria utilidade se afastando da categoria valor? O valor, como nômene, e a categoria teórica valor, como fenômeno, estão relacionados a uma economia mercantil. A economia do projetamento, que começa a tomar corpo, é o devir, está relacionada a outro momento histórico, outro nômene, portanto. A utilidade está relacionada com essa problemática.

Mais uma passagem reforça o ecletismo do autor e sua visão da práxis humana: “A conversão da utilidade concreta em abstrata é missão do consumidor [...]. [A] utilidade dos fatores e produtos se determina socialmente, através das opções dos consumidores e superiores [no caso de uma economia socialista]” (Rangel, 2005d, p. 368).

Definida a utilidade abstrata, é possível começar o estudo do projeto, que é o criador da utilidade que só existiria anteriormente ao projeto em termos virtuais. Rangel define algumas categorias operacionais e suas relações para analisar projetos e vai enfrentar a questão da contribuição dos fatores para a utilidade do produto. Descarta a fatoração, a contribuição isolada de cada fator para a utilidade virtual, e trabalha com o “total indiviso” (Rangel, 2005d, p. 371). E adverte que a atribuição desse acréscimo a um dos fatores, e sua apropriação por parte de “pessoas detentoras de certas posições de comando no processo produtivo, sujeito a condições institucionais, isto é, externas ao projeto [...], é um fato de *distribuição* da riqueza criada, que interessa à economia política, sem dúvida, mas não no que concerne ao problema que ora nos ocupa” (Rangel, 2005d, p. 371, grifo do autor).

O problema da medição da utilidade dos fatores leva Rangel a lançar mão do conceito de utilidade marginal para contabilizar o custo alternativo do fator:

Em certas condições, a sociedade cria um mecanismo pelo qual fica ordinariamente excluído o emprego menos produtivo de quantos tenha o fator, ou *emprego marginal*. É pela utilidade total do fator nesse emprego — utilidade marginal — que devemos contabilizá-lo como custo. [...] O custo, portanto, pode ser *redefinido como a soma algébrica das utilidades marginais alternativas dos fatores empregados pelo projeto*. [...] O] *benefício*

A percepção da discrepância entre salário e utilidade marginal do trabalho, que está na base da visão keynesiana, explica o desenvolvimento da economia do projetamento, na medida em que não podemos garantir que o melhor emprego dos fatores para a firma seria o melhor emprego para a sociedade

pode, pois, ser redefinido como a soma algébrica das utilidades marginais dos produtos do projeto, menos o custo tal como acima foi definido (Rangel, 2005d, p. 372-373, grifos do autor).

A ponte entre a microeconomia e a macroeconomia começa a ser superada ao se mostrar como o projeto afeta o sistema da economia nacional pela modificação da utilidade marginal dos produtos e dos fatores, que interagem com as demais unidades através dos respectivos mercados. “O efeito líquido sobre *todo o sistema da economia nacional* encontra sua expressão característica [...] e se exprime através de variações da *utilidade per capita* (que encontra expressões aproximativas como *produto per capita* e *renda per capita*).” (Rangel, 2005d, p. 377, grifos do autor)

As relações entre projeto e economia nacional geraram polêmicas em torno da validade ou mesmo viabilidade de projetar e planejar. Rangel, entretanto, não se deixa enredar nessas polêmicas. Adverte que os fatos desmentem os argumentos. O projetamento está evoluindo e planos e projetos estão se aperfeiçoando. Unindo as duas práticas, temos a

circunstância já apontada de que o efeito global — seja do projeto, seja do plano — encontra sua expressão mensurativa na referência da *utilidade total* dos fatores a um só desses fatores. Ora, esse efeito pode ser investigado *no nível de cada projeto específico*. É graças a isso que podemos e devemos abordar confiadamente a tarefa de *chegar ao plano pelo projeto* (Rangel, 2005d, p. 378, grifos do autor).

Como “os efeitos de cada projeto são, ao mesmo tempo, globais e específicos”, o projeto de desenvolvimento será aquele que, por suas inter-relações, “conduza ao resultado buscado da elevação da utilidade *per capita*” (Rangel, 2005d, p. 378). Como conclui Rangel, desenvolvimento não é “perseguição do equilíbrio, mas introdução de causas de novos desequilíbrios de natureza especial” (Rangel, 2005d, p. 378). Essas mudanças têm duas causas: progresso tecnológico e realocação de recursos.

4. A MEDIDA DA UTILIDADE

Uma vez definido que os recursos — fatores e produtos — devem ser expressos em utilidade e que esta deve ser entendida como utilidade abstrata, a questão da medida da utilidade deve ser enfrentada.

Rangel começa descartando o valor de uso como a explicação para as relações de troca. E assinala que “os clássicos referiram o valor à quantidade de trabalho necessária à produção” (Rangel, 2005d, p. 379). Mas, apesar da afinidade com a economia política clássica marxista, registra que a discordância com os marginalistas, a outra grande escola dominante do pensamento econômico contemporâneo, “gira em torno de fatos de superfície, e que é chegado o momento de levar adiante o trabalho encetado por economistas da estirpe de Schumpeter, para recolher os frutos do pesado labor levado a efeito de parte a parte” (Rangel, 2005d, p. 380).

Adiante, a questão da “contabilidade da riqueza em termos de trabalho [que,] em certas condições, pode mesmo ser a única possível” é ponderada com o fato de que os três fatores se combinam em todo o ato de produção para produzir nova utilidade — utilidade virtual. Mas, apesar disso, opta por usar o trabalho, pois “a redução à mesma denominação é um recurso contábil” (Rangel, 2005d, p. 380).



O economista marxista polonês Michał Kalecki (1899-1970)

Nos próximos passos, seguindo Ricardo, é feita a redução da contribuição da terra em termos de trabalho e capital, com o que é possível fazer uma redução do capital ao trabalho⁷, definido este como a medida da utilidade: “Por trabalho, devemos entender aqui a utilidade alternativa da mão de obra — da força de trabalho, na sistemática marxista. Por capital, os instrumentos e materiais usados, medida sua utilidade alternativa na mão de obra que, em diferentes combinações, entrou em sua produção.” (Rangel, 2005d, p. 382) Portanto, conclui, o trabalho é a medida de todas as utilidades alternativas dos fatores absorvidos pelo projeto. E, para não deixar dúvidas quanto à sua posição, encerra o argumento dizendo que “o trabalho é a medida natural da contabilidade econômica” (Rangel, 2005d, p. 382).

Como o trabalho concreto é heterogêneo, tem diversas utilidades, chegou a hora de buscarmos a utilidade do trabalho nas condições menos produtivas, a utilidade marginal do trabalho. Que, segundo a escola marginalista, é para onde

tende o salário, isto é, o preço do trabalho como fator, como mão de obra. Consequentemente, teríamos, nesse suposto, não apenas a unidade natural da utilidade, mas também sua expressão monetária, o que facilita seu emprego como medida de todas as utilidades contidas nos fatores e nos produtos. Obtida essa expressão monetária, podemos abandonar sua primitiva forma natural, e medir simplesmente a utilidade marginal de todos os fatores pelo seu preço (Rangel, 2005d, p. 383).

A partir da relação marginalista entre salário e utilidade marginal da mão de obra, Rangel faz ponderações mostrando que nas condições de desemprego ou de subemprego a igualdade entre salário e utilidade marginal do trabalho não ocorreria. Para a empresa,

⁷ A solução rangeliana em termos formais lembra a redução ao trabalho datado, realizada por Sraffa. Afirma que podemos fazer redução semelhante a partir de qualquer insumo da matriz de insumo-produto.

“O progresso da técnica permite-nos vislumbrar a possibilidade de uma sociedade onde as coisas úteis [utilidades] sejam tão abundantes que não mais tenham utilidade marginal [valor].”

base da visão keynesiana, explica o desenvolvimento da economia do projetamento, na medida em que não podemos garantir que o melhor emprego dos fatores para a firma seria o melhor emprego para a sociedade.

Mas, apesar de todas essas ponderações sobre o construto neoclássico, Rangel afirma que os problemas sinalizados pela diferença entre utilidade marginal e total não impossibilitaram o marginalismo de “instruir a solução de numerosos problemas de economia da empresa e, de passagem, refinar grandemente os instrumentos de análise, que provavelmente nos permitirão em breve retomar as teses abandonadas provisoriamente dos clássicos, para reformulá-las” (2005d, p. 385).

As páginas se sucedem apresentando a ideia de que o esforço de construção da Ciência Econômica deve continuar e, para isso, todas as heranças — a ocidental e a oriental — são válidas. Discorrendo sobre essa questão, o autor comete uma ironia fina ao afirmar que, quando os socialistas chegaram ao poder, tiveram de lançar mão

dos métodos ocidentais de contabilidade, que refletiam muito da contribuição teórica do marginalismo. Isso, entre parênteses, não os impediu de continuarem a cultivar cuidadosamente a ignorância mais completa de todos os aspectos teóricos dessa elaboração — do que, de resto, eram pagos na mesma moeda pelos economistas ocidentais (Rangel, 2005d, p. 387-388).

Além da convergência teórica na construção de uma teoria da economia do projetamento, meio e finalidade do livro, duas ideias dominam a parte final do segundo capítulo. A primeira delas é o reconhecimento do “defeito fundamental do trabalho como medida da utilidade” (Rangel, 2005d, p. 389). A expressão monetária da utilidade do trabalho, o salário, depende dos preços — o que também implicaria uma circularidade, argumento que não foi explorado pelo autor —, mas os preços expressam a utilidade marginal e não a utilidade média, que se relaciona com a utilidade total. Com o tempo, a utilidade marginal diminui, e, com ela, a média. A não consideração desse aspecto pode levar a uma superestimação do produto total expresso em utilidade.

entretanto, o salário igualaria a utilidade marginal da mão de obra empregada, que seria diferente da utilidade marginal da mão de obra total. Da mesma maneira, a utilidade total do produto é diferente da receita da empresa, que expressa a utilidade marginal que determina o preço. Tudo isso indica que “a contabilidade da firma não registra o efeito total do projeto sobre a economia nacional” (Rangel, 2005d, p. 385).

A percepção da discrepância entre salário e utilidade marginal do trabalho, que está na

Continuando a ponderação sobre o trabalho como medida da utilidade, Rangel levanta a hipótese de que “os graves desequilíbrios ultimamente denunciados no seio da economia dos países socialistas podem estar perfeitamente relacionados com esta limitação do trabalho como medida de riqueza, isto é, de utilidade”. Mas, apesar do reconhecimento desse problema, afirma logo em seguida que “é lícito supor [...] que esta deficiência do trabalho, como medida de utilidade, não seja suficientemente grave para inutilizar de vez o instrumento” (Rangel, 2005d, p. 389). O autor conclui que “o problema capital do projetamento, a medida da utilidade, continua pendente, por falta de um padrão realmente representativo.” (Rangel, 2005d, p. 390)⁸

A segunda ideia foi expressa em duas frases lapidares: “É indispensável trabalhar para construir uma contabilidade da firma que se refira diretamente à contabilidade social, e *vice-versa*” (Rangel, 2005d, p. 391, grifo do autor). Enquanto não se alcança esse objetivo, devem ser elaborados balanços separados: “O primeiro balanço deverá definir o que se convencionou chamar de *rentabilidade da empresa*; outro, o efeito esperado sobre a *produtividade per capita*, da nação.” (Rangel, 2005d, p. 391, grifos do autor)

5. SELEÇÃO DE TÉCNICA

Rangel inicia o terceiro capítulo de *Elementos de economia do projetamento* pon-do um ponto-final na questão da medida da utilidade, com um pragmatismo emblemático: “Embora informados de que a mensuração desse atributo comum [utilidade] é problema que não comporta senão soluções tópicas e aproximativas, o fato de que, em casos particulares, tal solução é eventualmente possível autoriza-nos a considerá-lo resolvido.” (Rangel, 2005d, p. 392)

Trata-se, agora, de analisar os fatores em sua heterogeneidade, ou seja, em seu valor de uso, aquele que reflete as “limitações de ordem técnica” (Rangel, 2005d, p. 392).

Rangel cria um conjunto de exercícios conforme os quais um mesmo produto pode ser produzido com diferentes funções de produção. A escolha entre elas é orientada pela melhor razão benefício/custo. Esse resultado nos permitirá escolher a técnica. Além da substituição imediata de fatores, poderá haver uma substituição com a interposição de uma produção intermediária que resolverá possíveis estrangulamentos de recursos, o que é feito em algum intervalo de tempo. A busca de soluções com produção intermediária, quando esta for a escolha técnica, pode ser mais viável no projetamento.

O passo seguinte é discutir a relação entre seleção de técnica e desenvolvimento econômico. O autor inicia afirmando que “o desenvolvimento econômico pode ser conceituado como aumento do produto *per capita*” (Rangel, 2005d, p. 399). O produto é “o fluxo total de utilidades geradas em cada ano no país” e difere da renda porque contém a produção de autoconsumo. E “o objetivo do projetamento econômico é promover o desenvolvimento e, portanto, a expansão” do produto *per capita* (Rangel, 2005d, p. 400).

Avançando na explicação da seleção de técnicas, Rangel demonstra que, no pleno emprego, o aumento do produto *per capita*, ou seja, o desenvolvimento, só poderá ocorrer devido a funções de produção que substituam trabalho por terra (recursos naturais): “Podemos, pois, conceituar o desenvolvimento *como fruto de uma série de mudanças na técnica de produção tais*

⁸ Esse problema será mencionado diversas vezes ao longo do texto.

que resultem em combinações de fatores onde [sic] o trabalho participe cada vez menos e a terra participe cada vez mais.”⁹ (Rangel, 2005d, p. 400-401) Quando existe desemprego, é possível elevar o produto *per capita* independentemente da conversão de trabalho em terra. O objetivo do projetamento nessa situação, portanto, será buscar o emprego de toda a mão de obra.

Rangel conclui o capítulo dizendo que o projetista deve ser orientado por um plano-mestre geral, mesmo que este não esteja formulado. E “se há desemprego, deve trabalhar para induzir o emprego pleno; alcançado este, deve buscar a gradual retirada do trabalho dentre os fatores de produção” (Rangel, 2005d, p. 405).

6. A ALOCAÇÃO DE RECURSOS

No capítulo anterior foi discutido como seriam produzidos os bens. Agora devemos definir o que deverá ser produzido.

Essa questão levou ao estudo da demanda. Inicia-se por uma discussão sobre necessidade e suprimento dos bens nas quantidades necessárias, o que configura uma estrutura de demanda, que deverá ser atendida por uma estrutura de oferta. “Qualquer discrepância entre as duas significa que não se está obtendo toda a utilidade possível dos fatores usados — significa que está havendo desperdício.” (Rangel, 2005d, p. 406)

Dado que a projeção de demanda reflete o passado, o que é verdadeiro para o projetista e menos verdadeiro para o planejador, e o projeto está voltado para o futuro, o esforço do projetamento será para compatibilizar as duas estruturas. No projetamento complexo — *do planejamento* —, a relação entre os diferentes projetos e a demanda derivada de bens de capital formata uma opção consciente, inteiramente subordinada aos imperativos da técnica. O equilíbrio formal por via de preços pode ser aparente, pois “a análise da contabilidade das indústrias, tomadas estas isoladamente, poderá revelar desequilíbrios, sob a forma de razões benefício/custo diferentes” (Rangel, 2005d, p. 410). E o autor adverte que o equilíbrio microeconômico pode diferir do verdadeiro equilíbrio do sistema:

[O] sistema não estará operando ao seu maior rendimento a menos que as razões benefício/custo *consolidadas* de todas as indústrias tenham o mesmo valor [...] qualquer discrepância [...] implica desperdício de recursos, isto é, significa que a sociedade não está obtendo toda a utilidade a que pode aspirar (Rangel, 2005d, p. 410).

Rangel constrói um exercício para apresentar o argumento, questionando

se não seria possível obter uma razão consolidada melhor para as duas indústrias [do exemplo apresentado], tomadas conjuntamente, independentemente de melhoramento da técnica, assunto que foi objeto do capítulo anterior. Noutros termos, trata-se de saber se não poderíamos melhorar dita razão consolidada pela transferência de recursos de uma indústria para outra (Rangel, 2005d, p. 411).

Isso é possível no socialismo, em que os recursos podem ser alocados levando-se em conta a razão benefício/custo consolidada das indústrias; no capitalismo, cada empresa cuida apenas de sua própria razão e a igualação ocorre entre as empresas independentemente das indústrias.

⁹ Podemos pensar em alguma analogia com a elevação da composição orgânica do capital.



Rangel corrobora o entendimento kaleckiano segundo o qual, na sociedade capitalista, como o gasto dos empresários independe até certo ponto de seus lucros, estes ganham o que gastam; já os trabalhadores, dependentes de seus salários, gastam o que ganham

Em resumo, o desenvolvimento, o aumento do produto *per capita*, depende da técnica selecionada e da alocação de recursos (mas a alocação de recursos pressupõe uma ordenação, entre as unidades produtivas, mais complexa e abrangente do que a seleção de técnicas, que na maioria dos casos pode ser feita pela empresa individualmente)¹⁰.

A partir desse ponto duas questões são explicitadas. A primeira mostra que, pela expansão de diferentes indústrias, podemos nos aproximar “da combinação social de maior benefício”, mas essa aproximação é feita através de projetos marginais, ou, nas palavras do autor, “desde que nos possamos apoiar nos resultados relativos dessas últimas empresas” (Rangel, 2005d, p. 415).

A segunda questão gira em torno das “correlações entre as razões das últimas empresas e as razões consolidadas das indústrias” (Rangel, 2005d, p. 415). Aqui irão aparecer significativas diferenças entre economia capitalista, na qual a razão consolidada por indústria não tem sentido, pois as empresas tendem a igualar as razões, e o “regime socialista, onde [*sic*], em princípio, é possível operar à base do balanço consolidado, [e] a exigência da identidade das razões das últimas empresas pode ser abandonada” (Rangel, 2005d, p. 416), desde que a razão consolidada seja considerada. “Mas ainda aí [no regime socialista], a regra prática deve ser a identidade das razões *marginais* benefício/custo de todas as empresas a criar, isto é, de todos os projetos” (Rangel, 2005d, p. 416). São visíveis as relações entre micro e macroeconomia, bem como entre projeto e plano.

¹⁰ Será que encontramos nessa passagem a diferença entre capitalismo e socialismo no que se refere à inovação? Até que ponto o planejamento atrasou a incorporação no aparelho produtivo dos avanços tecnológicos?

Rangel retoma a diferença entre a receita da empresa e a utilidade criada, (diferença que é a renda do consumidor), para discutir a diferença entre a contabilidade da firma e os efeitos totais do projeto sobre a economia. Mas frisa que, sob certas circunstâncias, a contabilidade da firma tende a impelir os investimentos privados “no sentido geral da combinação do maior benefício” (Rangel, 2005d, p. 419).

Mas nem sempre as decisões privadas levarão ao equilíbrio. Essa seria uma das razões para a intervenção do Estado na economia. O que não se faz sem problemas: “A intervenção do Estado na economia apresenta problemas absolutamente novos [...] e todas as soluções até aqui oferecidas [...] são soluções parciais e contingentes — inclusive o planejamento soviético, o mais exaustivo de todos.” (Rangel, 2005d, p. 420)

7. A ASSIMETRIA BÁSICA DO PROJETO

Como a riqueza social se mede pela utilidade e não pelo valor, é “útil conservar a antiga distinção dos clássicos entre valor e utilidade” (Rangel, 2005d, p. 420). A questão da medida da utilidade, a discrepância entre valor (utilidade marginal) e utilidade, reaparece na abertura do quinto capítulo de *Elementos de economia do projetamento* para apresentar outra questão: “O progresso da técnica permite-nos vislumbrar a possibilidade de uma sociedade onde as coisas úteis [utilidades] sejam tão abundantes que não mais tenham utilidade marginal [valor].” (Rangel, 2005d, p. 421)

“Vimos que essa marcha no sentido da abundância resulta de inovações tecnológicas [...] cuja essência está no fato de permitirem a progressiva substituição do fator trabalho pelo fator terra, único meio de elevar o produto *per capita*.” (Rangel, 2005d, p. 421) Entretanto, a inovação só se efetivará através de novos projetos, “o que implica subordiná-la à condição de tempo” (Rangel, 2005d, p. 421).

Essa “condição de tempo” será a principal questão tratada nesse capítulo. Ela parte de ideias simples. A descoberta, no tempo, de utilidade nova para coisas já existentes é “fonte de enriquecimento [...] independente da técnica de produção” (Rangel, 2005d, p. 421). Mas a partir do tempo, e por causa dele, Rangel começa a estudar o papel do capital na produção (e faz uma análise do que poderíamos chamar de *fetichismo do capital*). Ele adverte que a participação do capital no processo produtivo deve ser analisada com cuidado. Na aparência, “o que parece acontecer é a participação cada vez mais decisiva do capital, enquanto os dois outros fatores declinam” (Rangel, 2005d, p. 422, grifos do autor). Mas, como já foi visto, “no aumento líquido de capital não vamos encontrar senão terra e trabalho como fatores” (Rangel, 2005d, p. 422).

A resultante da acumulação de capital, portanto, é o aumento do produto *per capita* e da razão terra/trabalho. O capital abaixo da superfície, o que só pode ser visto através de análise, é apenas o meio para substituir o trabalho humano pela natureza, ou seja, “o meio objetivo para poupar o fator limitado — o trabalho — nos quadros do processo de desenvolvimento” (Rangel, 2005d, p. 422).

Mas, na aparência, o fetichismo se impõe de forma que os méritos da combinação terra-trabalho, os dois outros fatores, “são atribuíveis ao capital” (Rangel, 2005d, p. 422). Essa questão explica por que, no capitalismo, os detentores do controle do capital têm o comando do processo produtivo e podem se apropriar de uma parcela do produto. Mas, vale prestar atenção, “essas considerações dizem respeito à *distribuição* da utilidade criada, escapando,



Para Rangel, os economistas do século XIX, de Menger a Marx, não aprofundaram o estudo sobre a taxa de juros. “A construção de teorias mais específicas surgirá como reflexo da evolução do capitalismo, com o surgimento de um novo capital financeiro, e pela construção do socialismo”

assim, a nossas presentes cogitações” (Rangel, 2005d, p. 423, grifo do autor). Como mencionado anteriormente, a *distribuição* é assunto da economia política.

Rangel segue o caminho para ligar tempo e capital. Para ele, o mais importante é compreender que, seja qual for o regime — capitalista ou socialista —, o capital sempre haverá de ter custo diferente daquele dos fatores empregados, pelo fato de que implica *imobilização*. “É como *custo de imobilização* que, em economia de projetamento, devemos estudar o custo do capital”, afirma Rangel (2005d, p. 423, grifos do autor). Nessa perspectiva, o investimento é um *aprazamento do consumo*.

Noutros termos, a utilidade alternativa contida nos fatores usados para a produção do bem de capital será transitoriamente *esterilizada*, pois [... decorrerá um] lapso de tempo, mais ou menos longo, entre o momento em que é produzido o bem de capital e aquele em que a sociedade receberá como produto final a utilidade (Rangel, 2005d, p. 423).

Vamos tentar explicitar algumas diferenças entre a economia política e a economia do projetamento. Supondo que o processo de desenvolvimento (aumento do produto *per capita*) prossiga, haverá o aumento da relação terra/trabalho, conforme a qual “qualquer redução relativa da participação do trabalho implica declínio do custo de produto para a sociedade — implica aumento da *produtividade*” (Rangel, 2005d, p. 424, grifo do autor). E, agora, atenção:

O preço da terra é um fato de *distribuição* [economia política], que significa que as pessoas detentoras exclusivas de certos recursos naturais eventualmente se colocam em condições de cobrar ao resto do corpo social certa parcela das utilidades produzidas. Mas, para a sociedade como todo, a terra é rigorosamente gratuita, de modo que o aumento relativo de sua participação representa redução de custo (Rangel, 2005d, p. 424, grifo do autor).

A diminuição de salário em condições de desemprego levaria à redução da demanda global em vez de ao aumento de investimentos

tudo sobre a taxa de juros. A construção de teorias mais específicas surgirá como reflexo da evolução do capitalismo, com o surgimento de um novo capital financeiro, e pela construção do socialismo (Rangel, 2005d, p. 426-427). A separação entre a gestão do capital e a propriedade, fato típico do capitalismo avançado, provocará uma distinção entre lucro — utilidade virtual dos fatores — e juros — preço do fator capital (Rangel, 2005d, p. 427), que é a *eficácia marginal do capital*. Como qualquer preço, ela varia inversamente à quantidade ofertada. Dessa forma, “o juro tem [...] fundamento material, relacionado — como na moderna concepção dos economistas soviéticos — ao processo real de crescimento. É a expressão monetária da utilidade marginal dos *bens de capital*.” (Rangel, 2005d, p. 427, grifos do autor)

A visão dos economistas modernos de que a taxa de juros seria determinada no mercado monetário levaria a uma distinção entre taxa monetária e taxa natural de juros. Rangel, entretanto, afirma que, “para a aferição do efeito do projeto sobre o produto *per capita*, não nos interessa senão a taxa real dos juros, para o efeito de desconto, e [...] a única maneira de pesquisá-la é a referência ao ritmo de crescimento do produto *per capita*” (Rangel, 2005d, p. 428).

A taxa monetária não é um instrumento válido para a avaliação dos valores através do tempo. Ela deverá ser considerada nas projeções financeiras, “mas, aí, sem qualquer preocupação quanto aos seus fundamentos reais” (Rangel, 2005d, p. 428). Adiante, Rangel (2005d, p. 431) retorna ao tema e reforça a conclusão de que “a taxa corrente de juros pode discrepar da taxa natural por estar presa muito mais às vicissitudes da moeda [...] do que à taxa real de crescimento”. Nesse sentido, é de fundamental importância “relacionar os valores futuros com os presentes por um fator que exprima o crescimento esperado da economia” (Rangel, 2005d, p. 431-432).

Em sendo o projeto, do ponto de vista das projeções dos custos e benefícios no tempo, um fluxo de utilidades (semelhante a um fluxo de caixa) marcado por uma assimetria estrutural, a determinação do fator, que relacione as utilidades no tempo, é fundamental. Esse fator corresponde à taxa de crescimento do produto *per capita*, que codifica a redução do custo social medido em trabalho. É nesse fator, e não na taxa monetária de juros, que temos uma fundamental diferença entre o cálculo econômico do projetamento e o do capitalismo.

Voltemos à questão do tempo. Como o capital é produto “e, como tal, cristaliza certa soma de utilidade [...] e] tem um custo, que é expresso no emprego de certa quantidade de trabalho” (Rangel, 2005d, p. 424), seu custo diminui no tempo desde que ocorra aumento da produtividade, ou seja, com o desenvolvimento econômico. Dessa maneira, deverá ser paga uma diferença entre o menor custo futuro, quando do consumo, e o custo maior efetivado no momento de produção. A questão da valoração do capital no tempo põe em relevo a taxa de desconto, isto é, a taxa que atualiza os valores futuros, que assume a forma de taxa de juros.

Para Rangel, os economistas do século XIX, de Menger a Marx, não aprofundaram o es-

Mas esse fator afeta o perfil dos investimentos e a seleção de técnicas, pois, quanto maior a taxa de crescimento, que se projetará na taxa de desconto, maior a depressão dos valores futuros, o que será “fator tendente a dar preferência — *ceteris paribus* — aos projetos de vida mais breve” (Rangel, 2005d, p. 432), e introduz uma dialética na adoção de novas técnicas, na medida em que a inversão, que mobiliza nova técnica, também a imobiliza, e, uma vez realizada, impede, ordinariamente, inovação subsequente. As consequências dessa dialética da técnica — do congelamento fruto do investimento, com uma estabilização temporária da função de produção, e adiamento de novas inovações, fruto da não depreciação do investimento recente — atuarão nos ciclos e no desemprego. Questões que serão tratadas no último capítulo de *Elementos de economia do projetamento*.

“A análise do custo social de um projeto pode obrigar-nos a investigações em atividades sem qualquer conexão imediata com esse projeto”

8. A MACROECONOMIA DO PROJETO

O desenvolvimento, crescimento do produto *per capita*, no longo prazo, depende do progresso técnico, isto é, de “novas combinações de fatores que, em última instância, viabilizem a substituição de trabalho por terra [recursos naturais] no processo produtivo” (Rangel, 2005d, p. 433). Porém, ironiza Rangel, “para usarmos o dito chistoso de Keynes, ‘no longo prazo todos estaremos mortos.’” (2005d, p. 433)

É dessa maneira que Rangel introduz o último capítulo, intitulado “A macroeconomia do projeto”, que versa sobre a estratégia do desenvolvimento diante de uma economia com desemprego. Pois, diante dessa circunstância, “o projetista, como tático do desenvolvimento, deve ajustar seus critérios” (Rangel, 2005d, p. 433).

Para tratar desse problema, o autor combina a abordagem keynesiana com a visão de projetamento, mas, nesse arranjo, diante do desemprego, recupera a ideia desenvolvida no capítulo IV de que o crescimento do produto *per capita* pode ocorrer pela realocação de recursos, sem intensificação da técnica (elevação da razão terra/trabalho):

O desemprego dos fatores limitados [trabalho e capital] representa a possibilidade de expansão do produto total e *per capita* independentemente de mudança nas combinações de fatores. Noutros termos, o produto pode crescer inclusive nos quadros de certa reversão tecnológica (Rangel, 2005d, p. 435).

No início do capítulo, Rangel aborda as dificuldades que têm os mecanismos de mercado para engendrar uma solução para o desemprego. Descarta a flexibilização dos preços (hipótese pré-keynesiana) como forma de promover o pleno emprego e observa que “as empresas não dispõem de tamanho grau de liberdade na modificação de suas combinações de fatores” — rigidez das combinações de fatores da indústria moderna (Rangel, 2005d, p. 436). O que faz com que, “no curto prazo, a demanda de fatores [seja] consi-

Estamos diante de uma antropologia filosófica que pensa o homem em sua afirmação racional, sem fetiches e sendo senhor de seu destino

sua própria demanda” (Rangel, 2005d, p. 437, grifo do autor). Duas ideias são combinadas para esclarecer a questão. A primeira é a já apresentada *assimetria do projeto*, que nada mais é do que o reconhecimento de que “o fluxo dos pagamentos aos fatores (custo) é forte no início e débil no fim da vida do projeto, ao passo que o fluxo de produtos (benefício) pesa mais para o fim” (Rangel, 2005d, p. 437) — ideia análoga ao argumento do economista polonês Michał Kalecki sobre a defasagem entre criação de demanda e de capacidade produtiva. Essa assimetria estará na explicação dos movimentos cíclicos, como se lê na seguinte passagem: “[É] graças a essa característica, que se torna cada vez mais acentuada, à medida que a técnica progride, que, em vez de uma tendência continuada para a depressão ou para a prosperidade, temos a alternatividade de depressão e de prosperidade” (Rangel, 2005d, p. 438). Mas, apesar do movimento cíclico, “o capitalismo tende, no longo prazo, a uma situação de emprego menos que pleno por causa do modo como se distribui a renda” (Rangel, 2005d, p. 438). E, citando palavras kaleckianas encontradas em Kaldor (1956), dado que “o gasto dos capitalistas é (relativamente) independente de seus lucros correntes, ao passo que o gasto dos trabalhadores depende de seus salários, os capitalistas, como classe, ganharão o que gastarem, enquanto os trabalhadores gastarão o que ganharem” (apud Rangel, 2005d, p. 438). Isso significa que “a demanda global varia segundo os capitalistas encontram ou não interesse em gastar além de suas necessidades correntes de consumo — vale dizer, na medida em que descubram interesse em inverter” (Rangel, 2005d, p. 438).

A diminuição de salário em condições de desemprego levaria à redução da demanda global em vez de ao aumento de investimentos. Por um lado, a rigidez da técnica impede a substituição dos fatores, por outro, o barateamento do trabalho com relação à terra e ao capital (que pode ser decomposto em terra e trabalho) levará a “um esforço por parte dos capitalistas para intensificar o emprego do fator mais barato — o trabalho — e que, portanto, *diminuirá a procura de bens de capital*. [...] Trata-se do desenvolvimento de diante para trás, do inverso do desenvolvimento” (Rangel, 2005d, p. 439).

deravelmente inelástica [em relação] ao preço” (Rangel, 2005d, p. 436).

Em seguida, Rangel levanta a questão do mercado para o produto das empresas. Resgata o argumento fundamental de que “a fonte última que nutre [o] poder de compra são os pagamentos feitos pelas empresas aos fatores de produção” (Rangel, 2005d, p. 436) — enunciado inequívoco de demanda efetiva, que encontramos em Keynes (1978). Dessa forma, uma diminuição dos salários afetaria negativamente “o volume das vendas e, consequentemente, a produção” (Rangel, 2005d, p. 436). E conclui, citando a lei de Say numa provocação expositiva, “que a demanda dos produtos do projeto determina-se, em última instância, no interior do próprio projeto” (Rangel, 2005d, p. 436).

Por esse chiste, para usarmos uma palavra grata ao autor, imediatamente, ele se vê obrigado a explicar “o modo como *realmente* o projeto cria

Mas a demanda de mão de obra diminuiria em função da queda dos investimentos. E nada levaria os capitalistas a investir “se a produção corrente não é vendida” (Rangel, 2005d, p. 440). A crise, portanto, “não pode cessar por efeito de ilusórios aumentos de inversão induzidos por uma queda no salário, mas por algo que provoque independentemente, com relação a este, um aumento geral nas compras” (Rangel, 2005d, p. 440).

Podemos esperar, para os países de capitalismo pouco desenvolvido, uma espontânea saída da crise. O setor pré-capitalista de subsistência sustenta níveis absolutos de salário e consumo. Com a quebra das empresas mais débeis, “a demanda efetiva aos preços vigentes [...] torna-se maior do que a oferta, criando-se clima para o lançamento de novos projetos” (Rangel, 2005d, p. 440). Mas o caso geral é diferente: “Nos países de capitalismo desenvolvido esse mecanismo de sustentação do salário pela via do emprego alternativo na produção para autoconsumo perde sua importância relativa.” (Rangel, 2005d, p. 441) Pela doutrina keynesiana, “a luta contra a crise passa a ser encargo obrigatório do Estado”, para o qual “a essência da política anticíclica [...] é a sustentação do preço do trabalho, relativamente ao do capital” (Rangel, 2005d, p. 441-442).

A variável chave é o preço do capital, que pode ser entendido como “duas coisas distintas: a) o preço dos *bens de capital*; b) a *taxa de juros*” (Rangel, 2005d, p. 442, grifos do autor). Mas a preferência pela liquidez pode impedir a queda da taxa de juros ou mesmo elevá-la e, com isso, também o preço do capital. Aqui encontramos papel para a política econômica:

A manipulação do poder emissor pode satisfazer a sede de liquidez do público e, por esse meio, deixar as autoridades financeiras em condições de fixar livremente a taxa de juros. [...] Desta maneira, o capital pode tornar-se relativamente mais barato que o trabalho e induzir combinações de fatores propendentes a enfatizar o emprego do capital e a reduzir o emprego de trabalho (Rangel, 2005d, p. 443).

No curto prazo, o aumento do investimento provoca a expansão do emprego. Nas palavras de Rangel, “a demanda de mão de obra aumenta quando os capitalistas decidem poupar mão de obra, pelo emprego intensivo de capital” (Rangel, 2005d, p. 443, grifos do autor). E com essa observação ele introduz outra problemática, observando que, “iludido pelas



Brigadeiro-General da Força Aérea Pat Ryder durante coletiva de imprensa no Pentágono em 20 de outubro de 2022

O keynesianismo armamentista dos norte-americanos se distanciou da convergência, esperada por Rangel, para a produção de utilidades por meio de uma política de emprego

aparências, o planejador ou o projetista de país subdesenvolvido ou de país em depressão pode sentir-se inclinado a preferir técnicas que enfatizem diretamente o emprego de mão de obra, no nível do *projeto primário*” (Rangel, 2005d, p. 443, grifos do autor), o que não seria atitude sábia.

Mas Rangel informa que, embora nem sempre isso ocorra, excepcionalmente há um caso em que a escolha do projeto tecnicamente mais primitivo “assegura a maior demanda total de mão de obra” (Rangel, 2005d, p. 444). É quando a demanda derivada de um “projeto mais avançado do ponto de vista tecnológico (mais poupador de mão de obra)” é atendida por unidades produtivas localizadas fora da economia em questão. Em outras palavras, é necessário um estudo sobre aspectos espaciais do efeito multiplicador dos investimentos.

Rangel conclui o capítulo chamando a atenção para as possíveis formas de utilização dos fatores locais na formação de capital. Como a construção civil, principalmente na época da elaboração do livro, tendia a empregar fatores locais, a questão incidia sobre os equipamentos. Estes poderiam ser fabricados localmente ou comprados por recursos locais que seriam materializados em produtos de exportação ou de substituição de importações. Seguindo a ponderação, Rangel adverte que, no caso do financiamento do bem de capital, passa a existir um intervalo de tempo entre o investimento e um possível efeito no emprego de recursos locais. E conclui que “a análise do custo social de um projeto pode obrigar-nos a investigações em atividades sem qualquer conexão imediata com esse projeto” (Rangel, 2005d, p. 445).

9. PALAVRAS FINAIS

Gostaríamos de concluir este artigo com algumas observações pontuais. A primeira é o reconhecimento de que *Elementos de economia do projetamento*, ao contrário das outras obras de Rangel, foi livro pouco comentado. Registramos com alegria as palavras de Milton Santos, que considerava esse livro o mais importante trabalho de Rangel, e acrescento, numa pouco usual confiança biográfica, que o autor me confidenciou algo semelhante.

A segunda, explicitamente observada por Santos (1997), é sobre a importância filosófica da categoria utilidade. A noção está ligada à definição de necessidades e carregada de juízos de valor. Pois estamos diante de uma antropologia filosófica que pensa o homem em sua afirmação racional, sem fetiches e sendo senhor de seu destino. A crença no progresso e os traços prometeicos na relação com a natureza completam uma visão que tem raízes no racionalismo clássico. O socialismo não é um fato fortuito, é o devir esperado que está sendo construído historicamente.

A terceira refere-se ao hoje inexistente objeto teórico principal do livro: a economia do projetamento, que, quando da elaboração da obra, estava em construção e tinha no planejamento soviético sua mais notável expressão.

Essa economia do projetamento está historicamente superada ou, pelo menos, em agudo retrocesso. A *perestroika*, o fim da URSS e a transição acelerada para o capitalismo dos países da antiga Cortina de Ferro eliminaram, naquelas plagas, qualquer elemento de uma economia de projetamento. Da mesma forma, o keynesianismo armamentista dos norte-americanos se distanciou da convergência, esperada por Rangel, para a produção de utilidades por meio de uma política de emprego. Por último, a conversão da China em oficina do

mundo, com empresas globais — estrangeiras ou nacionais — e a afirmação da economia de mercado atuam em sentido contrário a qualquer coisa próxima a uma economia de projetamento, pois já deve estar claro que a existência de planos, quinquenais ou não, é insuficiente para definir o projetamento produtor de utilidades.

A economia do projetamento também entrou em colapso em nosso Terceiro Mundo. A forma foi a integração financeira e produtiva mediante o processo de globalização contemporâneo. Os Estados perderam a capacidade de programar os investimentos e definir a utilização dos fatores nacionais. Os bancos de desenvolvimento se transformaram em bancos de investimento. O projeto, como instrumento de avaliação de investimentos e alocação de recursos, cedeu a vez para operações de mercado pelas quais os usos e as fontes são desprezados tendo em vista as perspectivas de valorização fictícias. Nas palavras kantianas de Rangel, poderíamos falar que o nômene deixou de existir tirando o substrato histórico da teoria.

* Economista. Mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente dos departamentos de Economia (1979-1980) e de História (1985-1997) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Ex-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ). Funcionário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 1973 a 2010; em parte desse período trabalhou como assessor direto de Ignácio Rangel.

Este texto foi originalmente publicado no livro *Ignácio Rangel: decifrador do Brasil*, organizado por Felipe Macedo de Holanda, Jhonatan Uelson Pereira Sousa de Almada e Ricardo Zimbrão Affonso de Paula. A edição, já esgotada, é da Editora da Universidade Federal do Maranhão (São Luís: Edufma, 2014). Revisão técnica de Elias Jabbour, Fábio Palácio e Ramiro Torres.

► Texto recebido em 22 de outubro de 2024; aprovado em 30 de janeiro de 2025.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. *In*: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 13-38.

KALDOR, Nicholas. Evolução capitalista à luz da teoria keynesiana. **Econômica Brasileira**, v. 2, n. 3, p. 107-120, 1956.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **Keynes**. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 106-124.

MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. *In*: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 129-137.

MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.

RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento e projeto. *In*: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v. 1, p. 203-283.

_____. Dualidade básica da economia brasileira. *In*: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v. 1, p. 285-353.

_____. Dualidade e escravismo colonial. *In*: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005c. v. 2, p. 623-636.

_____. Elementos de economia do projetamento. *In*: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005d. v. 1, p. 355-446.

SANTOS, Milton. O pensamento de Ignácio Rangel. *In*: SEMINÁRIO IGNÁCIO RANGEL E A CONJUNTURA ECONÔMICA, 1997, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Geografia-USP, 10 nov. 1997.